

**ACTA N.º 08/2011**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19.ABRIL.2011**

-----Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e onze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, António Henrique Fernandes Cruz, Manuel Artur de Almeida Miler e Paulo Sérgio Martins Teixeira.-----

-----Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

**-----I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

-----O Vereador senhor Paulo Teixeira pediu a palavra para:-----

-----1. Referir que a opção por instalar o centro de informação turística no auditório do cinema não será a melhor, assim como não acha que aquele equipamento vá satisfazer em pleno todas as necessidades do concelho em termos de espaço para ofertas culturais, sendo que mais uma vez se irá proceder à adaptação de edifícios a exemplo do que se fez com a Central de Camionagem ou com o Mercado Municipal;-----

-----2. Relativamente à instalação da pousada no Mosteiro, perguntar se se vai insistir naquele projecto ou se está a ser estudada alguma alternativa de ocupação daquele espaço;-----

-----3. Perguntar se na primeira fase das obras do programa polis está incluída a recolocação do portão no Terreiro Santa Mafalda, e a consequente proibição do estacionamento, sugerindo que se comece gradualmente a habituar os utilizadores daquele estacionamento de molde a que não haja uma mudança brusca de hábitos; --- -----

-----4. Perguntar se o projecto de instalação das quintas sociais foi abandonado;-----

-----5. Referir-se ao projecto que foi anunciado para o desenvolvimento da raça arouquesa, cujo estudo foi encomendado à Associação de Agricultores de Arouca e perguntar em que ponto se encontra a sua implementação.-----

-----A estas questões o senhor Presidente respondeu que:-----

-----1. Ainda no âmbito do terceiro quadro comunitário de apoio, chegou a ser pensada a construção de um auditório de raiz, intenção que não chegou a concretizar-se porque os regulamentos dos fundos comunitários não vieram a prever participações para aqueles equipamentos; que o auditório adquirido satisfará em mais de 95% as necessidades do município para a realização de espectáculos, sendo que aquele espaço poderá ser complementado com o pavilhão multiusos em que irá transformar-se o pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária.-----

19.04.2011

----- 2. Tem já cerca de 15 anos a ideia de instalação de uma pousada no Mosteiro e que mau grado os esforços feitos na tentativa de sensibilizar os potenciais investidores para concorrerem ao concurso que foi aberto, este acabou por ficar deserto, como deserto ficaria certamente um novo concurso que viesse a abrir-se, até pela actual conjuntura económica. Que já foram feitas várias reuniões com a Direcção Regional de Cultura, no sentido de encontrar alternativas de ocupação, que no entanto têm esbarrado na falta de recursos financeiros, parecendo-lhe que em face das circunstâncias será de manter em reserva aquele espaço, sem prejuízo dos investimentos que sejam necessários para garantir a conservação do edifício.-----

----- 3. Entende que a proibição do estacionamento no Terreiro só deverá ocorrer após a construção do parque de estacionamento previsto para o fundo do parque urbano; -----

----- 4. Numa primeira fase do projecto, não apareceu qualquer interessado do concelho e que só cinco proprietários rurais disponibilizaram as quintas, sendo que a única que possuía casa com condições de habitabilidade acabou por ser retirada do projecto. Que continua a entender que a ideia é boa e que devia ser seguida como modelo social e que o seu insucesso se deve à falta de adesão das pessoas que pretendem apenas uma habitação social e não um local para morar em que possam também produzir, continuando a Câmara a manter essa oferta àqueles que procuram nos serviços apoio para conseguirem uma habitação.-----

----- 5. O estudo foi mandado fazer para servir de base a uma possível candidatura a fundos comunitários; que o projecto visava repovoar a Serra da Freita com muitos animais da raça arouquesa; que embora o estudo concluísse pela insustentabilidade económica do projecto, foram encetados contactos com as associações de compartes de baldios que não mostraram receptividade em ceder os terrenos necessários à implantação do projecto, situação que se repetiu com os contactos que se estabeleceram com proprietários da parte alta da freguesia de Alvarenga, o que levou ao seu inevitável cancelamento. -----

## ----- II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

### ----- 01. ACTA: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a acta número 7/2011, relativa à reunião ordinária de 5 de Abril corrente.-----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprová-la, abstendo-se o Vereador senhor Paulo Teixeira por não ter estado presente na reunião a que respeita.-----

### ----- 02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-----

----- Foi presente a carta do Vereador senhor Paulo Teixeira, a solicitar a justificação da sua falta à última reunião.-----

----- Aquando da apresentação deste assunto aquele senhor Vereador informou o senhor Presidente que, por nele ter interesse, deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação.-----

19.04.2011

-----Declarado o impedimento, a Câmara deliberou, sem a presença daquele membro, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar aquela falta justificada. -----

-----**03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 75, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €1.919.061,52 (um milhão novecentos e dezanove mil e sessenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €1.279.777,53 (um milhão duzentos e setenta e nove mil setecentos e setenta e sete euros e cinquenta e três cêntimos) e €639.283,99 (seiscentos e trinta e nove mil duzentos e oitenta e três euros e noventa e nove cêntimos).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 7.ª ALTERAÇÃO:**-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a 7.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projectos/acções a alterar, da qual resulta a diminuição da dotação global definida no valor de €41.500,00 (quarenta e um mil e quinhentos euros) documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

-----**05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 7ª ALTERAÇÃO:**-----

-----Foi presente a 8.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €66.000,00 (sessenta e seis mil euros) documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

-----**06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 2.ª REVISÃO:**-----

-----Foi presente à consideração da Câmara a 2.ª revisão às grandes opções do plano para o ano em curso, visando a inclusão de um novo projecto no plano plurianual de investimentos, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele documento e mandar submete-lo à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010:**-----

-----Foram presentes à consideração da Câmara os documentos de prestação de contas referentes à gerência de 2010, devidamente elaborados e instruídos de acordo com as normas estabelecidas no POCAL,

19.04.2011

aprovado pelo D. L. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e com as instruções do Tribunal de Contas número 1/2001, aprovadas por resolução n.º 4/2001—2.ª Secção, publicadas no D. R., II Série, de 18 de Agosto de 2001, documentos que se dão aqui como reproduzidos, ficando arquivados no maço de documentos correspondente a este livro de actas, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores Artur Miler e Paulo Teixeira, aprovar aquele documento e mandar submete-lo à apreciação da Assembleia Municipal.-----

**----- 08. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/FUNDO DE MANEIO – CONSTITUIÇÃO: -----**

----- Por proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, constituir, ao abrigo do ponto 2.3.4.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo D. L. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, um fundo de maneo, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, a levar a efeito por conta da dotação orçamental 08/07011002 — equipamento básico – outro — e sob responsabilidade de Maria Isabel Nunes Bessa, no valor de €2.200,00 (dois mil e duzentos euros).-----

**----- 09. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL - CORRECÇÕES MATERIAIS E RECTIFICAÇÕES: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara uma proposta da Divisão de Planeamento para que sejam feitas, pela segunda vez, correcções materiais e rectificações ao PDM publicado no Diário da República, II Série n.º 232, de 30 de Novembro de 2009, ao abrigo do disposto no art.º 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei número 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelos Decretos-Lei números 53/200, de 7 de Abril, 310/2003, de 10 de Dezembro, 316/2007, de 19 de Setembro, 46/2009, de 20 de Fevereiro e 181/2009, de 7 de Agosto, nos termos nela constantes, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a proposta que antecede. ----

**----- 10. ENSINO BÁSICO/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE CANELAS – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o despacho do senhor Presidente, proferido no uso da competência excepcional prevista no n.º 3, art.º 68.º, da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, mediante o qual prorrogou por mais trinta dias o prazo fixado para apresentação das propostas no âmbito do procedimento concursal para adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, ratificar aquele despacho. ----

**-----11. ENSINO BÁSICO/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE ROSSAS – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE: -----**

-----Foi presente à consideração da Câmara o plano de segurança e saúde referente à empreitada em epígrafe. -----

-----Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele plano. -----

**-----12. ENSINO BÁSICO/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DO BURGO – TRABALHOS A MENOS: -----**

-----Foi presente à consideração da Câmara uma informação da DOM, a dar conta que na empreitada em epígrafe se torna desnecessária a execução de trabalhos no valor de €513,47 (quinhentos e treze euros e quarenta e sete cêntimos). -----

-----Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, autorizar a supressão daqueles trabalhos. -----

**-----13. DESPORTO E TEMPOS LIVRES/CENTRO JUVENIL SALESIANO DE AROUCA – SUBSÍDIO: -- -----**

-----Foi presente a carta registada sob o número 1.904, em 31 de Março findo, do Centro Juvenil Salesiano de Arouca, a solicitar a concessão do subsídio previsto nas GOP para fazer face a despesas com o desenvolvimento das actividades previstas para o corrente ano. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder o subsídio de €5.000,00 (cinco mil euros). -----

**-----14. ACÇÃO SOCIAL/DELEGAÇÃO DE AROUCA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – SUBSÍDIO: -- -----**

-----Foi presente a carta registada sob o número 1.895, da Delegação de Arouca da Cruz Vermelha Portuguesa, a solicitar a concessão do subsídio previsto nas GOP para fazer face a despesas com o desenvolvimento das actividades previstas no corrente ano. -----

-----A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder o subsídio de €1.000,00 (mil euros). -----

**-----15. ACÇÃO SOCIAL/CENTRO PAROQUIAL DE PROMOÇÃO SOCIAL RAINHA SANTA MAFALDA – SUBSÍDIO: -----**

-----Foi presente a carta registada sob o número 1.877, em 30 de Março findo, do Centro Paroquial de Promoção Social Rainha Santa Mafalda, a solicitar a concessão do subsídio previsto nas GOP para fazer face a despesas com o desenvolvimento das suas actividades. -----

19.04.2011

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, atribuir o subsídio de €10.000 (dez mil euros).-----

----- **16. HABITAÇÃO/SOLARH - PROGRAMA DE SOLIDARIEDADE E APOIO À RECUPERAÇÃO DA HABITAÇÃO – CANDIDATURA:**-----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma candidatura ao SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação – de José Francisco Cardoso de Sousa Brito, para os fins previstos no n.º 3, art.º 6.º, do Decreto-Lei número 39/2001, de 9 de Fevereiro.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, considerar aquela candidatura elegível e aprovar o relatório técnico e o orçamento respectivo. -----

----- **17. URBANIZAÇÃO/POSTURA MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DE TRÁFEGO:**-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta de Postura Municipal de Ordenamento de Tráfego, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela postura e mandar submete-la à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **18. URBANIZAÇÃO/PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DO PDM – PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO PARQUE DE NEGÓCIOS DO ALTO DO CORUTO – ESCARIZ:** --- -----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma proposta da Divisão de Planeamento no sentido da Câmara deliberar “proceder à delimitação da Unidade de Execução do Parque de Negócios de Escariz e à abertura de um período de discussão pública da respectiva proposta pelo período de 22 dias úteis, nos termos do previsto no n.º 4, art.º 120.º e n.º 4 do art.º 77.º do RJIGT”, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

----- **19. DIVERSOS/CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “De acordo com o disposto no artigo 61º do Código da Contratação Pública (CCP), até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar a lista dos erros e omissões do caderno de encargos detectados, sendo que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o mesmo órgão, deve pronunciar-se sobre eles, considerando-se rejeitados os que não sejam por ele expressamente aceites.-----

----- Por outro lado, quando as rectificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 50º do CCP sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito ou quando essa rectificações,

19.04.2011

independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação de erros ou de omissões do caderno de encargos, nos termos previstos no citado artigo 61º, implicarem alterações de aspectos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado nos termos previstos no artigo 64º do CCP. -----

----- Sempre que o valor da despesa a autorizar é superior a €300.000,00 – alínea c) e d), nº 1, artigo 4º do DL nº 40/2011, de 22.3 - cabe à Câmara Municipal, enquanto órgão com competência para a decisão de contratar – nº 1, artigo 36º do CCP – pronunciar-se sobre a matéria. -----

----- A Câmara Municipal reúne apenas duas vezes por mês, facto que poderá impedir que o órgão executivo se pronuncie atempadamente sobre o assunto, designadamente quando o termo do prazo para a apresentação das propostas ocorra para além do calendário fixado para as reuniões.-----

----- Estabelece o nº 1 do artigo 109º do CCP que todas as competências atribuídas pelo Código ao órgão competente para a decisão de contratar podem ser delegadas.-----

----- Nestas circunstâncias, de modo tornar os serviços mais expeditos e funcionais, ao abrigo do disposto no art.º 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no citado artigo 109º do CCP, propõe-se que a Câmara Municipal delibere delegar no seu Presidente, competência para, sempre que a decisão de contratar caiba nas competências do órgão executivo:-----

----- a) Se pronunciar sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, nos termos previstos no artigo 61º do CCP;-----

----- b) Prorrogar o prazo fixado para a entrega das propostas, nos termos estabelecidos no artigo 64º do CCP.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta.-----

## ----- **20. DIVERSOS/EXÉRCITO PORTUGUÊS – PROTOCOLO:**-----

----- Foi presente a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Arouca e o Exército Português, que visará “divulgar as condições de prestação de serviço militar (...)” e “prestar os esclarecimentos relativos a assuntos militares, no edifício dos Paços do Concelho (...)”.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a referida minuta.-----

## ----- **21. DIVERSOS/AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL – PROTOCOLO:**-----

----- Foi presente a minuta do protocolo a celebrar entre a Câmara, a Autoridade Florestal Nacional, a Junta de Freguesia de Moldes e o Conselho Directivo da Ameixieira, Currais e Cales, tendo como objecto a cedência à Câmara, em regime de comodato, da “utilização de uma área total de 3.81 ha, que para além de diversas espécies florestais, inclui” diversas construções existentes nos antigos Viveiros da Granja, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

19.04.2011

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede. -----

----- **22. DIVERSOS/CONCURSO PECUÁRIO EM ALVARENGA – PRÉMIOS:**-----

----- Indo realizar-se no próximo dia 18 de Junho um concurso pecuário da raça bovina arouquesa, integrado nos festejos em honra de Santo António, na freguesia de Alvarenga, e dada a importância que tem para o município o fomento da criação de gado daquela raça, a Câmara deliberou, por proposta do senhor Presidente, decorrida votação nominal e por unanimidade, atribuir os prémios a seguir referidos, pagando-os directamente aos agricultores que vierem a ser indicados pela respectiva organização: -----

----- **Melhor junta de vacas a partir do segundo desfecho:** -----

----- 1.º prémio - €70,00 (setenta euros); -----

----- 2.º prémio: - €65,00 (sessenta e cinco euros);-----

----- **Melhor vaca isolada a partir do segundo desfecho:** -----

----- 1.º prémio - €60,00 (sessenta euros); -----

----- 2.º prémio - €55,00 (cinquenta e cinco euros);-----

----- 3.º prémio - €50,00 (cinquenta euros); -----

----- 4.º prémio - €45,00 (quarenta e cinco euros);-----

----- 5.º prémio - €40,00 (quarenta euros); -----

----- 6.º prémio - €30,00 (trinta euros); -----

----- 7.º prémio – €25,00 (vinte e cinco euros);-----

----- **Melhores novilhas isoladas com o primeiro desfecho:**-----

----- 1.º prémio - €45,00 (quarenta e cinco euros);-----

----- 2.º prémio - €40,00 (quarenta euros); -----

----- **Melhores toiras sem desfecho:**-----

----- 1.º prémio - €35,00 (trinta e cinco euros); -----

----- 2.º prémio - €30,00 (trinta euros); -----

----- 3.º prémio - €25,00 (vinte e cinco euros); -----

----- **Melhor boi isolado a partir do segundo desfecho:** -----

----- 1.º prémio - €35,00 (trinta e cinco euros); -----

----- 2.º prémio - €30,00 (trinta euros); -----

----- **Melhor novilho isolado com o primeiro desfecho:**-----

----- 1.º prémio - €40,00 (quarenta euros); -----

----- 2.º prémio - €35,00 (trinta e cinco euros); -----



----- **Melhor touro sem desfecho:** -----

----- 1.º prémio - €35,00 (trinta e cinco euros). -----

----- **23. DIVERSOS/ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DAS TERRAS DE SANTA MARIA –  
ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS:**-----

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- «Considerando que: -----

----- a) O município de Arouca é membro da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM); -----

----- b) Os estatutos da associação referida na alínea anterior não prevêm a competência para propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação; -----

----- c) Um dos projectos mais relevantes da AMTSM é a implementação de um parque empresarial de recuperação de materiais, acolhimento empresarial e logística; -----

----- d) O projecto atrás mencionado integra uma candidatura a fundos comunitários; -----

----- e) A PERM. EIM é uma empresa pública intermunicipal cujo capital social é detido maioritariamente pela AMTSM; -----

----- f) A PERM, EIM enquanto promotora da candidatura mencionada é responsável pelas diligências inerentes ao procedimento expropriativo com vista à declaração de utilidade pública e posse administrativa das parcelas de terreno afectas à implementação do projecto; -----

----- g) Os estatutos da PERM, EIM não prevêm a possibilidade de requerer a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação; -----

----- Impõem-se alterar os estatutos da AMTSM de modo a consagrar a competência para requerer a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação. -----

----- Assim propõe-se, nos termos dos artigos 35.º, n.º 3 e 4 da Lei 45/2008, de 27 de Agosto, o aditamento de um n.º 6 ao art.º 25.º dos estatutos da AMTSM, publicados no Diário da República III Série, de 28 de Junho de 2004, com o seguinte teor: -----

----- “Compete ao Conselho Directivo propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação.” -----

----- Mais autorizam, desde já, que a Assembleia Intermunicipal da AMTSM delibere a alteração dos estatutos da PERM, EIM no sentido de esta ficar habilitada a tratar a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta e mandar submete-la à consideração da Assembleia Municipal. -----

19.04.2011

----- III — OUTROS ASSUNTOS: -----

----- 24. URBANIZAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DOS TROÇOS DESCLASSIFICADOS DA EN 326/326-1 - TROÇO PIMENTA/ALTO DA ESTRADA (/KM 37,300/38,625) — ERROS E OMISSÕES – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma informação da DOM a dar conta de que no âmbito do procedimento concursal para adjudicação da empreitada em epígrafe apresentaram os interessados uma lista de erros e omissões do caderno de encargos, nos termos e para os fins previstos no art.º 61.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), acompanhada do despacho do senhor Presidente, proferido no uso da competência excepcional prevista no n.º 3, art.º 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, mediante o qual aprovou a referida lista de erros e omissões. -----

----- Porque este assunto não fazia parte da ordem do dia, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na sua deliberação imediata, por forma a dar cumprimento ao disposto na parte final do referido número três. -----

----- Analisado o assunto, a Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, ratificar aquele despacho.-----

----- 25. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – CENSOS 2011: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma informação da Divisão de Planeamento a dar conta da necessidade de abertura de uma conta bancária específica para depósito da dotação atribuída pelo Instituto Nacional de Estatística e o pagamento de todas as despesas relativas aos Censos 2011 efectuadas em nome daquele instituto, incluindo, nomeadamente, as remunerações dos recenseadores, assunto este não incluído na ordem do dia. -----

----- Por proposta do senhor Presidente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na deliberação imediata do assunto de molde a permitir a transferência imediata da dotação que ao município couber e a realização de despesas com as operações censitárias.-----

----- Mais foi deliberado, pela mesma votação e forma, autorizar a abertura da referida conta bancária.

----- APROVAÇÃO EM MINUTA: -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.-----

----- Eram 17 horas e 20 minutos. -----

**19.04.2011**

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi.-----